

Entidade: Centro Social e Paroquial São Pedro de Nariz

Demonstração dos resultados individual por naturezas do período findo em 31.12.2021 e 31.12.2020

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Períodos	
	31.12.2021	31.12.2020
Vendas e serviços prestados	+ 101 227,43	84 939,03
Subsídios, doações e legados à exploração	+ 329 373,99	282 751,57
ISS, IP - Centros Distritais	+ 47 964,11	49 803,75
Outros	+/-	
Variação nos inventários da produção	+/-	
Trabalhos para a própria entidade	+/-	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	- 32 518,24	-38 538,59
Fornecimentos e serviços externos	- 77 404,20	-81 366,27
Gastos com pessoal	- 323 993,62	-310 414,06
Ajustamentos de Inventário (perdas/reversões)	-/+	
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	
Outras imparidades (perdas/reversões)	-/+	
Aumentos/Reduções de justo valor	-/+	
Outros rendimentos e ganhos	+ 7 508,54	9 108,36
Outros gastos e perdas	- 474,82	-2 522,24
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	= 51 683,19	-6 238,45
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+ -36 960,01	-37 738,39
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	= 14 723,18	-43 976,84
Juros e rendimentos similares obtidos	+ 1 037,72	550,57
Juros e gastos similares suportados	-/-	-77,33
Resultado antes de impostos	= 15 760,90	-43 503,60
Imposto sobre rendimento do período	-/+	
Resultado líquido do período	= 15 760,90	-43 503,60

**CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
S. PEDRO DE NARIZ**

S.10 NARIZ

O Órgão de gestão

*João Mota de Almeida Pinto Ferreira
Panisa Poste
Fernando Ramal da Silva Rangel*

Dulcilia Para

O Contabilista Certificado

CC 53145



RUBRICAS	Notas	Datas	
		31.12.2021	31.12.2020
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		386 678,42	392 165,72
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis		2 730,60	2 730,60
Investimentos financeiros		2 315,53	1 855,22
Fundadores/Beneméritos/patrocinadores/doadores/accociados/membros			
Outros			
		391 724,55	396 751,54
Activo corrente			
Inventários		5 211,59	4 560,92
Clientes/Utentes			
Adiantamentos a Fornecedores			
Estado e outros entes públicos		543,35	6 172,28
Fundadores/Beneméritos/patrocinadores/doadores/accociados/membros			
Outras contas a receber			
Diferimentos		2 596,01	1 797,61
Outros Activos correntes		9 392,70	
Caixa e depósitos bancários		268 162,48	279 492,28
Outros			
		285 906,13	292 023,09
Total do ACTIVO		677 630,68	688 774,63
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Fundos		5 237,38	5 237,38
Excedentes Técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		351 978,30	424 416,12
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais		217 734,99	220 271,68
Resultado líquido do período		15 760,90	-43 503,60
Total do Fundo do Capital		590 711,57	606 421,58
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
Outros			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		9 120,46	15 627,72
Adiantamento de clientes			
Estado e outros entes públicos		8 587,24	7 393,06
Accionistas/Sócios			
Fundadores/Beneméritos/patrocinadores/doadores/accociados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos		19 000,00	
Outras contas a pagar		50 211,41	59 332,27
Outros passivos financeiros			
Outros			
		86 919,11	82 353,05
Total do Passivo		86 919,11	82 353,05
Total do Capital Próprio e do Passivo		677 630,68	688 774,63

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL

S. PEDRO DE NARIZ

8510 NARIZ

CNPJ Nº 50.111.111/0001-00

O Órgão de gestão

Dulciniá Para

O Contabilista Certificado

CC 53105

Abanjo Geralda de Oliveira Pinto
 Flanise Costa
 Fernando Raquel da Silva Rezende

DH
HMarz
HC
DPara



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL S. Pedro Nariz

Anexo às Demonstrações Financeiras

2021

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	10
5	Ativos Fixos Tangíveis	11
6	Inventários	12
7	Subsídios do Governo e Apoios do Governo	12
8	Outras Contas a Receber e a Pagar.....	12
9	Benefícios dos Empregados.....	13
10	Acontecimentos após a data do Balanço.....	13
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	13
12	Outras Informações.....	14
13	Balanço.....	15
14	Demonstração de Resultados	16

1 Identificação da Entidade

O CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL S. PEDRO NARIZ é uma instituição sem fins lucrativos, que se rege pelo Direito Canónico e pelo Direito Civil, com sede na freguesia de Nariz, concelho e distrito de Aveiro. Tem vindo a desenvolver a sua atividade no âmbito da promoção integral da pessoa humana através dos serviços na área da Infância e Juventude, designadamente, Creche, Educação Pré-Escolar e C.A.T.L., e na área das pessoas idosas com o Serviço de Apoio Domiciliário.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II doreferido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012.

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2021, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

*Gomes
Mafra
Dirada*

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceitual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites dematerialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO				
Rúbricas	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	491,45 €	16 418,31 €	15 510,76 €	1 399,00 €
Depósitos à Ordem	13 318,15 €	586 402,34 €	584 299,94 €	15 420,55 €
Outros Depósitos Bancários	245 000,00 €	60 660,26 €	75 000,00 €	230 660,26 €
Outros Depósitos Bancários	20 682,67 €			20 682,67 €
Total de Caixa e Depósitos Bancários	279 492,27 €	663 480,91 €	674 810,70 €	268 162,48 €

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Instituição espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Instituição tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras Construções	50 Anos
Equipamento Básico	6 Anos
Equipamento de Transporte	5 Anos
Equipamento Administrativo	6 Anos
Outros Ativos Fixos Tangíveis	5 Anos

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição. A 31 de Dezembro de 2021 não havia saldo a inventariar uma vez que o inventário destina-se ao desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de gerar Fluxos de Caixa.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Financiamentos Obtidos

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou

- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos


Dr. Faria

fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS						
DESCRIÇÃO	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros AFT
1 Quantia bruta escriturada inicial	57 067,00	567 384,36	38 583,49	98 721,89	22 921,96	67 279,24
2 Depreciações acumuladas iniciais		252 804,66	38 583,49	78 202,87	22 921,96	67 279,24
3 Perdas por imparidade acumuladas iniciais						0,00
4 Quantia líquida escriturada inicial ($4 = 1 - 2 - 3$)	57 067,00	314 579,70	0,00	20 519,02	0,00	392 165,72
5 Movimentos do período: ($5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6$)	0,00	-28 508,30	2 340,66	20 038,24	642,10	0,00
5.1 Total das adições	0,00	0,00	2 675,04	28 117,80	679,87	0,00
Aquisições em 1.ª mão			2 675,04	28 117,80	679,87	31 472,71
Aquisições através de concentrações de actividades empresariais						
Outras aquisições						0,00
Estimativa de custos de desmantelamento e remoção						0,00
Adições						0,00
Acréscimo por revalorização						0,00
Outras						0,00
5.2 Total das diminuições	0,00	28 508,30	334,38	8 079,56	37,77	0,00
Depreciações		28 508,30	334,38	8 079,56	37,77	36 960,01
Perdas por imparidade						36 960,01
Alienações						0,00
Abates						0,00
Outras						90,00
5.3 Reversões de perdas por imparidade						0,00
5.4 Transferências de AFT em curso						0,00
5.5 Transferências de/para activos não correntes detidos para venda						0,00
5.6 Outras transferências						0,00
6 Quantia líquida escriturada final ($6 = 4 + 5$)	57 067,00	286 071,40	2 340,66	40 557,26	642,10	0,00
7 Quantia da garantia de passivos e/ou titularidade restringida						0,00



6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021, a Instituição não apresentava saldo final na rubrica de inventários.

7 Subsídios do Governo e Apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Instituição tinha os seguintes saldos nas rubricas *Subsídios do Governo e Apoios do Governo*.

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO		
Descrição	2021	2020
ISS, IP - Centro Distrital	329 373,99 €	282 751,57 €
IEFP	25 728,04 €	8 255,00 €
Outras Entidades	22 236,07 €	41 548,75 €
TOTAL	377 338,10 €	332 555,32 €

8 Outras Contas a Receber e a Pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica *Outras Contas a Receber e a Pagar* apresentava os seguintes valores:

OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR		
Descrição	2021	2020
Clientes	5 211,59 €	4 560,92 €
Fornecedores	- 9 120,46 €	- 15 627,72 €
Pessoal	- 21,81 €	- €
Outras Contas a Receber	9 392,70 €	- €
Outras Contas a Pagar	- 50 189,60 €	- 59 332,27 €
Diferimentos	- 16 403,99 €	1 797,61 €
TOTAL	- 61 131,57 €	- 68 601,46 €



9 Benefícios dos Empregados

Os gastos que a Instituição incorreu com os funcionários foram os seguintes:

GASTOS COM O PESSOAL		
Descrição	2021	2020
Remunerações - Órgãos Sociais	- €	- €
Remunerações - Pessoal	273 981,97 €	247 427,85 €
Benefícios Pós-Emprego	- €	- €
Indemnizações	1 199,22 €	500,00 €
Encargos s/ Remunerações	44 702,48 €	55 874,93 €
Seguros Acidentes de Trabalho	3 257,32 €	3 689,13 €
Gastos de Ação Social		- €
Outros Gastos c/ Pessoal	852,63 €	2 922,15 €
TOTAL	323 993,62 €	310 414,06 €

10 Acontecimentos após a data do Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 07 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91 de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes Demonstrações Financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	2021	2020
Vendas e Serviços Prestados	101 227,43	84 939,03
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	377 338,10	332 555,32
Fornecimentos e Serviços Externos	38 070,85	42 382,89
Trabalhos especializados	5 211,45	13 864,60
Vigilância e Segurança	460,76	-
Publicidade e propaganda	-	-
Honorários	19 733,30	10 559,93
Conservação e reparação	5 708,99	1 917,55
Despesas Bancárias	224,16	49,24
Outros	6 732,19	15 991,57
Materiais	3 804,66	1 333,57
Ferramentas/Utensílios Desg. Rápido	331,94	126,29
Livros e Documentação Técnica		-
Material de escritório	909,72	523,84
Artigos para oferta	622,57	-
Outros	1 940,43	683,44
Energia e Fluídos	13 544,92	14 261,34
Eletricidade	5 392,36	5 055,09
Combustíveis	3 149,43	2 834,68
Água	2 689,19	2 701,41
Outros Fluidos	2 313,94	3 670,16
Deslocações, Estadas e Transportes	28,32	109,25
Deslocações e estadas	28,32	109,25
Serviços Diversos	21 955,45	23 279,22
Rendas e Alugueres	1 887,49	2 059,08
Comunicação	1 866,71	1 506,87
Seguros	3 137,86	2 125,73
Contencioso e notariado	25,50	214,83
Despesas de representação	-	-
Limpeza, higiene e conforto	13 869,25	15 855,04
Outros serviços	1 168,64	1 517,67
Outros Rendimentos e Ganhos	8 546,26	9 658,93
Outros Gastos e Perdas	474,82	2 599,57

13 Balanço

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31.12.2021	31.12.2020
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		386 678,42	392 165,72
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis		2 730,60	2 730,60
Investimentos financeiros		2 315,53	1 855,22
Fundadores/Beneméritos/patrocinadores/doadores/accociados/membros			
Outros			
		391 724,55	396 751,54
Activo corrente			
Inventários			
Clientes/Utentes		5 211,59	4 560,92
Adiantamentos a Fornecedores			
Estado e outros entes públicos		543,35	6 172,28
Fundadores/Beneméritos/patrocinadores/doadores/accociados/membros			
Outras contas a receber			
Diferimentos		2 596,01	1 797,61
Outros Activos correntes		9 392,70	
Caixa e depósitos bancários		268 162,48	279 492,28
Outros			
		285 906,13	292 023,09
Total do ACTIVO		677 630,68	688 774,63
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Fundos		5 237,38	5 237,38
Excedentes Técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		351 978,30	424 416,12
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais		217 734,99	220 271,68
Resultado líquido do período		15 760,90	-43 503,60
Total do Fundo do Capital		590 711,57	606 421,58
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
Outros			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		9 120,46	15 627,72
Adiantamento de clientes			
Estado e outros entes públicos		8 587,24	7 393,06
Accionistas/Sócios			
Fundadores/Beneméritos/patrocinadores/doadores/accociados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos		19 000,00	
Outras contas a pagar		50 211,41	59 332,27
Outros passivos financeiros			
Outros			
		86 919,11	82 353,05
Total do Passivo		86 919,11	82 353,05
Total do Capital Próprio e do Passivo		677 630,68	688 774,63

14 Demonstração de Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	Períodos	
	31.12.2021	31.12.2020
Vendas e serviços prestados	+ 101 227,43	84 939,03
Subsídios, doações e legados à exploração	+ 329 373,99	282 751,57
ISS, IP - Centros Distritais	+ 47 964,11	49 803,75
Outros	+/-	
Variação nos inventários da produção	+/-	
Trabalhos para a própria entidade	+/-	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	- -32 518,24	-38 538,59
Fornecimentos e serviços externos	- -77 404,20	-81 366,27
Gastos com pessoal	- -323 993,62	-310 414,06
Ajustamentos de Inventário (perdas/reversões)	-/+	
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	
Outras imparidades (perdas/reversões)	-/+	
Aumentos/Reduções de justo valor	-/+	
Outros rendimentos e ganhos	+ 7 508,54	9 108,36
Outros gastos e perdas	- -474,82	-2 522,24
	= 51 683,19	-6 238,45
	-/+ -36 960,01	-37 738,39
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	= 14 723,18	-43 976,84
Juros e rendimentos similares obtidos	+ 1 037,72	550,57
Juros e gastos similares suportados	- -77,33	
Resultado antes de impostos	= 15 760,90	-43 503,60
Imposto sobre rendimento do período	-/+	
Resultado líquido do período	= 15 760,90	-43 503,60

NARIZ, 31 de maio de 2022

O Contabilista Certificado

Dulcélia Para
cc 53145

A Direção

Fernando Ribeiro
Ranise Costa
Fernando Manuel da Silva Fonseca
Jeani Inês de Oliveira Pinto